



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

MANHÃ

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ENGENHARIA CIVIL

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas e duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões discursivas



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição das respostas das questões discursivas para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e do caderno de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para o caderno de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

CONHECIMENTOS BÁSICOS**Língua Portuguesa****1**

Em cada texto a seguir, retirado do jornal *O Globo*, ocorrem processos de dar precisão e segurança ao que se transmite; a opção em que NÃO há marcas dessa estratégia é:

- (A) “O Surfe: historiador revela como o ritual religioso dos antigos polinésios virou esporte nos EUA”;
- (B) “O ensino atual de literatura está afastando os jovens dos livros, alerta o influente crítico francês Tzvetan Todorov”;
- (C) “O acidente com a carreta numa estrada de Minas causou a morte de cerca de 10 pessoas e parece ter sido causado por imperícia do motorista”;
- (D) “Após dois adiamentos e um repasse de R\$ 25 bilhões do caixa do BNDES, a Petrobrás anunciou que investirá US\$ 174 bi até 2013. O volume é 55% maior do que o registrado no programa anterior”;
- (E) “Um mês antes do Carnaval, a ocupação dos hotéis cariocas já chega a 77%, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio. Apesar da crise, os números são melhores que os de 2008, quando a taxa de ocupação era de 67% nesse mesmo período”.

2

Entre os diversos tipos de frases há as interrogativas e, entre essas, há aquelas que são chamadas de interrogações retóricas; a pergunta retórica abaixo cuja resposta está contida na pergunta é:

- (A) Você pode fechar a janela, por favor?
- (B) Esse político está falando a verdade?
- (C) O senhor poderia falar mais alto?
- (D) Eu já não tinha dito isso?
- (E) Quem nunca sentiu medo?

3

Abaixo estão frases retiradas de jornais diversos; de cada uma dessas frases foi indicada uma inferência.

A frase em que a inferência é adequada é:

- (A) Em função das chuvas, os rios amazonenses inundaram suas margens / A pesca nos rios amazonenses vai ser mais farta;
- (B) O time do Flamengo comprou mais um jogador / O Flamengo vai ganhar o campeonato brasileiro;
- (C) As férias escolares acabam no próximo domingo, no Rio / O trânsito vai começar a ficar mais difícil no Rio;
- (D) Para treinamento, escoteiros dirigiram o trânsito no centro de Belo Horizonte / Os policiais estão em greve;
- (E) O Carnaval este ano foi menos violento / Poucos turistas vieram para o Carnaval.

4

Uma das formas mais simples de argumentar consiste de duas frases, uma das quais é a conclusão da outra, chamada premissa. A opção abaixo em que a ordem das frases é a de conclusão (C) seguida da premissa (P) é:

- (A) O leite está transbordando da leiteira / O leite deve ter fervido;
- (B) É possível que Pedro seja eleito senador / Pedro tem muitos eleitores no interior do Estado;
- (C) Meu primo está bem empregado / Meu primo acaba de comprar um carro luxuoso;
- (D) A guerra Rússia x Ucrânia registrou novos combates ontem / A Rússia deve estar enfrentando dificuldades econômicas;
- (E) Minha mulher nunca sofreu um acidente com o carro / Minha mulher é boa motorista.

5

Sempre que, num raciocínio, passamos de uma premissa a uma conclusão (ou vice-versa), assumimos como verdadeira uma ideia intermediária.

Essa ideia intermediária está corretamente indicada na seguinte opção:

- (A) A esposa foi vista pelo irmão dele no cinema, com outro; ele vai separar-se / O irmão dele diz a verdade;
- (B) As pesquisas eleitorais indicam a vitória de Putin; os russos estão perdidos / As pesquisas mostram interesses políticos;
- (C) É conveniente estacionar o carro; há um barulho na traseira / Foram comprados pneus recauchutados;
- (D) Fiz o exercício e encontrei a mesma resposta do professor; acertei mais esse / O professor nem sempre acerta;
- (E) Meu celular despertou; tenho que levantar rápido / Meu gerente é muito exigente quanto a horário.

6

Em algumas frases, os seus autores jogaram com o significado polissêmico de palavras; a opção em que essa estratégia foi empregada é:

- (A) Os espelhos fariam muito bem em refletir um pouco antes de mostrar as imagens;
- (B) Saudade é a presença da ausência;
- (C) Originalidade não consiste apenas em fazer as coisas de forma diferente, mas também em fazê-las melhor;
- (D) Há três maneiras de fazer as coisas: a maneira errada, a maneira certa e uma maneira melhor;
- (E) Eu quase nada sei, mas desconfio de muita coisa.

7

Observe agora o raciocínio a seguir.

1. Uma pesquisa mostra que os camelôs vendem mais barato;
2. A presença de camelôs na rua é conveniente.

Esse raciocínio pode ser refutado porque:

- (A) a premissa não é geralmente verdadeira;
- (B) a conclusão nada tem a ver com a premissa;
- (C) a conclusão deixa de considerar outros fatores;
- (D) a premissa se apoia em dados falsos;
- (E) a premissa e a conclusão não mostram relação lógica.

8

Considerando que as premissas de um raciocínio podem ser fatos, julgamentos, testemunhos de autoridade ou exemplos, a opção em que a premissa deve ser classificada como julgamento é:

- (A) Como o estudo da Prefeitura comprovou o perigo de morar nessa encosta, devemos fazer a transferência dos moradores;
- (B) Como o Ibope mostrou a vitória do candidato X, é perda de tempo votar em Y;
- (C) Muitos acidentes ocorrem nesse cruzamento, por isso é urgente o conserto do sinal de trânsito;
- (D) É mais interessante fazer turismo no Nordeste que na Europa, pois devemos ser mais patriotas em nossos gastos;
- (E) Pedro não se deu bem na prova do concurso, por isso devemos estudar muito mais.

9

Abaixo estão frases com raciocínios indutivos; a opção em que a conclusão apontada é fruto de uma generalização é:

- (A) O computador do TSE tem alta capacidade de contabilização, por isso deve encerrar as eleições em pouco tempo;
- (B) O livro sobre citações de autores célebres é grosso e bem encadernado, além de caro, por isso não deve vender muito;
- (C) Um cachorro salvou a vida de seu dono, avisando-o sobre o risco de desabamento da casa; vou providenciar a adoção de um cachorro para cá;
- (D) Na escola de meu filho mediram a altura de meninos e meninas e chegaram à conclusão de que as mulheres estão crescendo mais do que os homens;
- (E) Os táxis passaram a adotar a política dos supermercados, ou seja, oferecendo preços mais baratos e aumentando o número de clientes, o que se mostrou uma política de sucesso.

10

A frase abaixo que mostra um raciocínio falso, classificado como círculo vicioso, é:

- (A) Ayrton Senna foi, sem dúvida, o melhor corredor brasileiro de todos os tempos, pois nenhum outro conseguiu igualar-se a ele;
- (B) Todos os nossos problemas desapareceriam se aumentássemos o tamanho da casa onde moramos;
- (C) Não é conveniente para a Prefeitura cancelar esse próximo feriado, pois os cariocas gostam muito de praia;
- (D) Não acredito que você esteja lembrando-me esses fatos; a mim, que sou historiador;
- (E) Estatísticas mostram que mais de 80% dos eleitores preferem votar em pessoas mais velhas, o que favorece os idosos nas próximas eleições.

11

Entre os raciocínios abaixo, aquele que mostra uma falha por apoiar-se numa falsa analogia, é:

- (A) Os médicos são profissionais diferentes, pois parecem não preocupar-se demais com os seus ganhos;
- (B) O novo atacante do Grêmio deve ser ótimo jogador, pois seu pai chegou a jogar na seleção;
- (C) Os franceses são delicados cozinheiros e os alemães, disciplinados guerreiros, por isso não se entendem;
- (D) A melhor universidade do país é a USP, pois é a que apresenta melhores condições de ensino;
- (E) Se quisermos melhorar o aprendizado da Matemática, basta adotarem-se livros importados.

12

Numa delegacia, uma mulher foi queixar-se do marido, que havia ido embora de casa. No depoimento, fez uma série de frases com vocábulos de conteúdo semântico negativo para trazer mais condenação ao marido.

A frase abaixo em que o termo sublinhado NÃO tem conotação negativa é:

- (A) Meu marido me abandonou na última sexta-feira;
- (B) Ele rabiscou algumas explicações;
- (C) As explicações foram dadas numa folha de papel;
- (D) Ele lambuzou o verso da folha e grudou-a na mesa;
- (E) Foi embora e largou até a porta aberta.

13

Na escrita, ocorrem alguns processos de manipulação da realidade, como a reificação (tratamento de coisa dado ao homem) e a personalização, que dá características humanas a coisas ou animais.

A opção abaixo que exemplifica uma personalização é:

- (A) Seus sonhos se transformaram em pó;
- (B) O mar de Copacabana já matou muitas crianças;
- (C) A morte sai mais barata que a vida;
- (D) Os imigrantes foram depositados num galpão;
- (E) Os prisioneiros vieram empilhados num trem de carga.

14

Em todas as opções abaixo há uma frase que foi reescrita de modo a destacar-se um dos seus elementos; a opção em que essa reescritura foi feita de forma gramaticalmente inadequada, é:

- (A) Eu trouxe a encomenda para meu irmão / A encomenda, eu lhe dei a meu irmão;
- (B) O gerente entregou a chave ao porteiro / Ao porteiro, o gerente lhe entregou a chave;
- (C) O jogador xingou a torcida ao sair de campo / Ao sair de campo, o jogador xingou a torcida;
- (D) Nunca mais vi meu pai / Ver meu pai, nunca mais;
- (E) Observei a camisa na vitrine / A camisa, eu a observei na vitrine.

15

Observe a seguir o início de um texto.

“Há muita gente complicando a vida do prefeito, inclusive o próprio prefeito’, costuma dizer um vereador. Trata-se de uma revelação de caráter generalizado na Câmara.”

A introdução desse texto deve ser identificada como:

- (A) alusão histórica;
- (B) interrogação;
- (C) suspense;
- (D) convite;
- (E) citação.

Legislação Específica e Noções de Direito

16

Ana, estudiosa da Administração Pública indireta, questionou Pedro a respeito da compatibilidade dos conceitos de personalidade jurídica e órgão despersonalizado com o referencial de descentralização administrativa.

Pedro respondeu, corretamente, que:

- (A) entes personificados e órgãos despersonalizados serão integrados, ou não, ao referido referencial, conforme haja, ou não, determinação legal nesse sentido;
- (B) o mencionado referencial é incompatível com a concepção de personalidade jurídica, sendo esta última própria do ente federativo dotado de autonomia política;
- (C) apenas os entes personalizados, não os órgãos despersonalizados, ainda que tenham maior liberdade decisória, se ajustam ao mencionado referencial;
- (D) o mencionado referencial é indiferente à natureza das estruturas que venham a integrá-lo, sendo direcionado pelo atendimento a uma finalidade de interesse público e pela autonomia decisória;
- (E) o órgão despersonalizado somente passará a integrar o mencionado referencial caso sua criação tenha sido autorizada em lei.

17

O Estado Alfa editou a Lei Complementar nº XX, que restringiu determinado direito fundamental de maneira flagrantemente oposta aos balizamentos estabelecidos pela Constituição da República de 1988, o que levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a declarar a sua inconstitucionalidade. Na medida em que normas semelhantes foram editadas por outros entes federativos, dando ensejo a uma série de demandas judiciais, o Supremo Tribunal Federal veio a editar a Súmula Vinculante nº YY. Apesar disso, o Estado Alfa editou a Lei Complementar nº ZZ, cópia fiel da Lei Complementar nº XX e que se mostrava totalmente incompatível com a Súmula Vinculante nº YY.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº XX:

- (A) embora produza efeitos *erga omnes*, não impedia o Estado Alfa de editar a Lei Complementar nº ZZ, de idêntico teor, mas a Súmula Vinculante o impedia, sendo cabível a reclamação endereçada ao STF por inobservância da última;
- (B) e a existência da Súmula Vinculante nº YY, por serem aplicáveis exclusivamente ao caso concreto, não obstavam a edição, pelo Estado Alfa, da Lei Complementar nº ZZ;
- (C) por produzir efeitos *erga omnes*, impedia que o Estado Alfa editasse a Lei Complementar nº ZZ, de idêntico teor, sendo cabível a reclamação endereçada ao STF;
- (D) e a existência da Súmula Vinculante nº YY, por não serem oponíveis ao Poder Legislativo, não obstavam a edição, pelo Estado Alfa, da Lei Complementar nº ZZ;
- (E) acarretou a supressão da competência legislativa do Estado Alfa na matéria, o que torna injurídica a edição da Lei Complementar nº ZZ.

18

João, servidor público federal, recebeu delegação, da autoridade máxima da pessoa jurídica de direito público a que estava vinculado, para a prática de determinados atos administrativos. Ao ser cientificado da delegação, buscou se inteirar a respeito da possibilidade de a mesma competência ser exercida pela autoridade delegante, bem como se o ato a ser praticado seria atribuído a ele ou a esta autoridade.

Por fim, concluiu, corretamente, que, à luz da Lei nº 9.784/1999:

- (A) durante a delegação, os atos praticados pelo delegado precisam ser cancelados pelo delegante, sendo sempre atribuída a autoria do ato a este último agente;
- (B) durante a delegação, haverá uma concorrência de competências entre a autoridade delegante e a autoridade delegada, sendo sempre atribuído ao delegante o ato que venha a ser praticado;
- (C) durante a delegação, haverá uma concorrência de competências entre a autoridade delegante e a autoridade delegada, sendo atribuído ao respectivo subscritor o ato que venha a ser praticado;
- (D) a autoridade delegante não poderá praticar nenhum ato afeto ao objeto da delegação, durante todo o período em que esta última perdurar, sendo considerados de sua autoria os atos praticados pelo delegado;
- (E) a autoridade delegante, em caráter excepcional e por motivos relevantes, devidamente justificados, poderá avocar, temporariamente, a competência delegada, mas serão atribuídos ao delegado os atos que este agente praticar.

19

O Tribunal de Contas do Estado Alfa rejeitou as contas apresentadas por João, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, em razão de sua atuação como ordenador de despesas no âmbito da autarquia estadual Beta. Irresignado com a decisão, interpôs recurso hierárquico direcionado à Assembleia Legislativa do Estado Alfa com o requerimento de reforma da decisão.

À luz desse quadro, o sindicato dos servidores do Tribunal de Contas do Estado Alfa consultou o seu advogado a respeito da compatibilidade desse recurso com a Constituição da República de 1988, sendo-lhe respondido, corretamente, que o recurso é:

- (A) cabível, em simetria com o modelo federal e independente de previsão em lei estadual específica, pois o Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo;
- (B) cabível, em simetria com o modelo federal, desde que o recurso esteja previsto na Constituição Estadual, pois o Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo;
- (C) cabível, em simetria com o modelo federal, desde que previsto na lei de organização do Tribunal de Contas, pois esta estrutura orgânica é órgão auxiliar do Poder Legislativo;
- (D) incabível, pois as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas possuem caráter definitivo, não podendo ser revistas por nenhuma estrutura orgânica, incluindo os Poderes Legislativo e Judiciário;
- (E) incabível, pois a competência para julgar as contas dos ordenadores de despesas foi outorgada, pela ordem constitucional, ao Tribunal de Contas, não havendo previsão de recurso para o Poder Legislativo.

20

O secretário de Transportes do Estado Alfa solicitou que sua assessoria desenvolvesse estudos a respeito de determinado serviço público que se mostrava de vital importância para a coletividade. Ao formular a solicitação, o secretário frisou que almejava saber se era obrigatória a sua prestação diretamente pelo Estado.

Em resposta, a assessoria respondeu, corretamente, que essa espécie de serviço:

- (A) pode ser prestada diretamente pelo Estado ou, indiretamente, apenas em regime de concessão ou permissão, observados os requisitos estabelecidos pela ordem jurídica;
- (B) pode ser prestada diretamente pelo Estado ou, indiretamente, em regime de autorização, permissão ou concessão, sendo sempre antecedida de licitação;
- (C) em regimes de livre iniciativa, como o brasileiro, não precisaria ser prestada diretamente pelo Estado, podendo ser livremente explorada pelo setor privado;
- (D) em razão do princípio da prevalência do interesse público sobre o privado, somente pode ser explorada diretamente pelo Estado;
- (E) em razão da indisponibilidade dos interesses envolvidos, somente pode ser prestada pela Administração Pública direta ou indireta.

21

Em razão de apuração sumária realizada no âmbito do Município Alfa, constatou-se que a sociedade empresária Beta fraudou a realização de determinado ato do procedimento licitatório público no qual se saíra vencedora, o que se enquadraria como ato lesivo à Administração Pública tipificado na Lei nº 12.846/2013. Instada a apresentar esclarecimentos, a sociedade empresária Beta manifestou o seu interesse em celebrar acordo de leniência.

À luz da narrativa apresentada, é correto afirmar que o acordo de leniência alvitado:

- (A) não pode ser celebrado, já que incompatível com condutas dolosas praticadas em detrimento do processo licitatório;
- (B) pode ser celebrado, caso preenchidos os demais requisitos exigidos, e só disciplinará a forma de ressarcimento do dano, devendo ser homologado em juízo para produzir efeitos;
- (C) pode ser celebrado, caso preenchidos os demais requisitos exigidos, e afastará a incidência de todas as sanções cominadas, não carecendo de homologação judicial;
- (D) pode ser celebrado, caso preenchidos os demais requisitos exigidos, e afastará a incidência de algumas sanções, nos planos administrativo e judicial, não carecendo de homologação judicial;
- (E) somente pode ser celebrado pelo Ministério Público, não pelo Município, devendo ser preenchidos os requisitos previstos, além de ser exigida a homologação judicial caso afaste alguma sanção.

22

A fundação de direito privado Beta pretendia solicitar ao órgão competente do Estado Alfa a sua qualificação como organização social, mas tinha dúvidas em relação aos requisitos a serem preenchidos e às consequências dessa qualificação.

Ao consultar o seu advogado, foi corretamente informado a Beta que:

- (A) não é possível a obtenção da qualificação almejada, que somente pode ser deferida para as associações;
- (B) a qualificação está condicionada à participação, no Conselho de Administração, entre outros membros, de representantes do poder público;
- (C) a qualificação está condicionada à distribuição de lucros, aos membros do Conselho Curador, na proporção máxima de 5% do proveito patrimonial obtido;
- (D) a qualificação independe de qualquer ato formal, bastando que Beta seja estruturada da forma prevista em lei, o que lhe permitirá celebrar contratos de gestão;
- (E) a qualificação é obtida a partir da celebração de contrato de gestão, ocasião em que Beta assumirá o compromisso de praticar os atos ajustados com o poder público.

23

Maria, servidora pública, ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado do Tocantins, foi acusada da prática de infração disciplinar que teve efetiva lesividade ao erário, mas não tinha lesividade para o serviço.

Ao ser cientificada da instauração do processo disciplinar, consultou o seu advogado a respeito da possibilidade de, à luz dos balizamentos legais, ser celebrado termo de compromisso de ajuste de conduta.

Foi corretamente respondido a Maria que o referido termo:

- (A) é incompatível com as características da infração disciplinar imputada a Maria;
- (B) somente poderia ter sido celebrado em momento anterior à instauração do processo disciplinar;
- (C) pode ser celebrado a qualquer tempo, desde que Maria efetue o pagamento da multa punitiva prevista em lei;
- (D) é incompatível com o processo administrativo disciplinar, em razão da indisponibilidade da pretensão punitiva;
- (E) pode ser celebrado a qualquer tempo, desde que Maria, previamente, promova o ressarcimento do dano ao erário.

24

A deputada federal Sônia, ao perceber sérios desequilíbrios na concorrência em determinado setor econômico, solicitou que sua assessoria analisasse a compatibilidade, com a ordem constitucional, de uma proposição legislativa que estabelecesse critérios especiais de tributação, aplicáveis em todos os níveis federativos, com o objetivo de contornar esse quadro, prevenindo tais desequilíbrios.

A assessoria respondeu, corretamente, que tal proposição é:

- (A) incompatível com a ordem constitucional, pois o mercado deve regular a si próprio, não sendo admitida a intervenção estatal;
- (B) incompatível com a ordem constitucional, pois, apesar de ser possível o uso da tributação para fins extrafiscais, isto não pode afetar a livre iniciativa;
- (C) compatível com a ordem constitucional, desde que resguardada a competência de cada ente federativo para, mediante lei ordinária, buscar igual objetivo;
- (D) compatível com a ordem constitucional, desde que veiculada em lei complementar, o que não afasta a competência da União para, por lei ordinária, buscar igual objetivo;
- (E) incompatível com a ordem constitucional, pois normas editadas pela União, por força do pacto federativo, não podem afetar a competência tributária dos demais entes.

25

O órgão competente do Estado Beta recebeu notícia, embasada em fatos elementos probatórios, indicando que João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo, praticara atos de tortura, no exercício da função, em detrimento de diversas crianças alcançadas por sua atuação funcional. De acordo com o noticiante, tais condutas configuravam atos de improbidade administrativa tipificados na Lei nº 8.429/1992, devendo ser adotadas as providências cabíveis nessa seara, sem prejuízo da responsabilização administrativa e criminal de João.

Instada a se manifestar, a assessoria jurídica observou, corretamente, que João:

- (A) não pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, já que sua conduta não se enquadra na tipologia da Lei nº 8.429/1992;
- (B) somente pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992 caso seja previamente condenado na instância penal;
- (C) somente pode ser alcançado por uma instância de responsabilização, o que decorre do princípio que veda a responsabilização em duplicidade pelo mesmo fato;
- (D) somente pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992 caso o regime jurídico dos servidores tenha previsto a aplicação dessa lei;
- (E) pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992, já que sua conduta afrontou os princípios regentes da atividade estatal.

Controle Externo

26

Maria, após cumprir os requisitos exigidos, teve deferida a sua aposentadoria voluntária por tempo de serviço, sendo o respectivo expediente encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado Alfa para fins de registro. Os autos ingressaram no Tribunal em dezembro de 2015 e somente no último mês foi designada a sessão de julgamento na qual seria apreciada a legalidade do ato.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) por se tratar de ato de concessão inicial de aposentadoria, não é necessário que Maria seja ouvida, tendo o Tribunal a possibilidade de realizar ampla cognição sobre o ato;
- (B) em razão dos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, o ato de aposentadoria deve ser considerado definitivamente registrado;
- (C) em razão do decurso do tempo, a cognição do ato de aposentadoria pelo Tribunal somente será possível caso haja impugnação de terceiros;
- (D) o Tribunal somente poderá alterar o título de aposentadoria se o respectivo ato contiver vício insanável, não convalidável pelo decurso do tempo;
- (E) embora se trate de ato de concessão inicial de aposentadoria, deve ser assegurado o contraditório e a ampla defesa a Maria.

27

O Tribunal de Contas do Estado Beta recebeu, para análise, as contas de governo do prefeito do Município Alfa.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República de 1988, a referida análise deve:

- (A) realizar amplo juízo valorativo a respeito das contas, podendo aplicar multa e imputar os débitos que sejam identificados, sem prejuízo do julgamento político a cargo da Câmara Municipal de Alfa, que só rejeitará o parecer por maioria qualificada;
- (B) se restringir à emissão de parecer prévio, que só deixará de prevalecer por maioria qualificada de votos da Câmara Municipal de Alfa, sendo cabível o julgamento ficto das contas, por este órgão, pelo decurso do tempo;
- (C) se restringir à emissão de parecer prévio, que só deixará de prevalecer por maioria qualificada de votos da Câmara Municipal de Alfa, não sendo cabível o julgamento ficto das contas, por este órgão, pelo decurso do tempo;
- (D) julgar as contas, realizando amplo juízo valorativo a respeito das informações apresentadas, sendo que a sua decisão somente deixará de prevalecer pelo voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal de Alfa;
- (E) se restringir à emissão de parecer prévio, que só deixará de prevalecer pela unanimidade dos votos da Câmara Municipal de Alfa, sendo cabível o julgamento ficto das contas, por este órgão, pelo decurso do tempo.

28

João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo, que atuara como ordenador de despesas no Município Alfa, foi condenado em processo administrativo, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pela prática de infração considerada grave.

Nesse caso, João:

- (A) somente pode ser condenado à sanção de multa, além de ter a obrigação de ressarcir os danos que tenha causado ao erário;
- (B) deve ser sempre condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, ficando ainda inabilitado, nos termos da lei, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- (C) pode ser condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, e ainda ficar inabilitado, por decisão tomada por maioria absoluta, nos termos da lei, para exercer cargo em comissão ou função de confiança;
- (D) pode ser condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, e ainda ficar inelegível, por decisão tomada por maioria absoluta, nos termos da lei, para exercer cargo eletivo estadual;
- (E) pode ser condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, e ainda ficar inelegível, por decisão tomada por maioria de dois terços, nos termos da lei, para exercer qualquer cargo eletivo.

29

João, recém-empossado como servidor do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, decidiu se inteirar a respeito das linhas de defesa a que estarão sujeitas as contratações públicas, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021. Ao final, concluiu que o controle interno integra a segunda linha de defesa e o Tribunal de Contas figura, isolado, na terceira linha de defesa.

À luz do que dispõe o referido diploma normativo, é correto afirmar que a conclusão de João está:

- (A) errada, pois as linhas de defesa não se apresentam de modo sequencial, mas simultâneo, congregando todos os agentes públicos, as unidades de assessoramento jurídico, o controle interno, o Tribunal de Contas e o Poder Judiciário;
- (B) certa, pois a generalidade dos órgãos de controle interno integra a segunda linha, enquanto o Tribunal de Contas ocupa a última linha de defesa administrativa, imediatamente anterior ao controle jurisdicional;
- (C) certa, ressaltando-se que a última linha de defesa é móvel, de modo que o Tribunal de Contas ali se encontra, de forma isolada, enquanto a questão não é judicializada;
- (D) errada, pois o Tribunal de Contas não integra, isolado, a terceira linha de defesa, estando acompanhado do órgão central de controle interno da Administração;
- (E) errada, pois a generalidade dos órgãos de controle interno não integra a segunda linha, mas, sim, a terceira linha, juntamente com o Tribunal de Contas.

30

Em determinado contrato administrativo, foi constatado, pelo órgão de controle interno do Município Alfa, a ocorrência de irregularidade insanável no procedimento licitatório que lhe deu origem.

Nesse caso, à luz da sistemática estabelecida na Lei nº 14.133/2021, a declaração de nulidade do contrato administrativo:

- (A) é medida que se opera imediatamente, de pleno direito, apresentando contornos meramente declaratórios, não constitutivos;
- (B) afasta, em qualquer caso, o dever de a Administração indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada;
- (C) independe de qualquer avaliação complementar pela autoridade administrativa, devendo ser declarada nos cinco dias subsequentes ao conhecimento dos fatos;
- (D) pode vir a produzir efeitos apenas no futuro, observados os limites temporais estabelecidos em lei, para fins de nova contratação, de modo a assegurar a continuidade da atividade administrativa;
- (E) não exige a avaliação dos aspectos circunstanciais e das consequências do ato, o que será feito apenas para fins de dimensionamento da indenização do contratado, que não pode ter concorrido para a nulidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

A seguir é apresentada uma composição de serviço para a execução de 1 m² de alvenaria de vedação com tijolo cerâmico furado, com 9 cm de espessura.

Descrição do insumo	Unid.	Coeficiente	% do custo do insumo no serviço
Tijolo cerâmico 9x19x19cm	un	25	25%
Areia média	m ³	0,01	1%
Cimento Portland	kg	2,0	3%
Cal hidratada	kg	2,0	1%
Pedreiro	h	1,20	40%
Servente	h	1,20	30%

Dessa forma, adotando-se o custo, o consumo e a produtividade do serviço a partir exclusivamente da composição dada, é correto afirmar que:

- (A) utilizando-se duas equipes (de um pedreiro e um servente cada), são necessárias 4 horas para que sejam executados 5 m² de alvenaria;
- (B) para a elevação de uma parede de 10 m² serão necessários 10 kg de areia média;
- (C) para a elevação de 150 m² de parede serão necessários 3 sacos de 50 kg de cimento;
- (D) com 10 kg de cimento, 20 kg de cal, 40 litros de areia e tijolos à vontade, é possível executar 5 m² de alvenaria;
- (E) sabendo-se que o saco de cimento de 50 kg custa R\$ 33,00, o custo de 25 m² do serviço custará R\$ 1.100,00.

32

A curva ABC é uma importante ferramenta que auxilia tanto na análise do orçamento quanto no planejamento e programação de uma obra.

Sobre a elaboração e análise dessa curva, é correto afirmar que:

- (A) se baseia no Princípio de Pareto, também conhecido como regra 90/10, quando se admite que, em um fenômeno, cerca de 90% das consequências são resultantes de 10% das causas;
- (B) a curva ABC de insumos apresenta todos os insumos da obra (material, mão de obra e equipamentos) classificados em ordem decrescente de relevância no orçamento;
- (C) a classe A da curva ABC de serviços representa aproximadamente a relação de 10% dos serviços que correspondem a 50% do custo total da obra, devendo receber atenção prioritária;
- (D) a classe C da curva ABC de mão de obra representa a relação de 80% dos recursos humanos que correspondem a 20% do custo total da obra;
- (E) a curva ABC representa graficamente os valores pagos acumulados de uma obra, período a período, permitindo o controle entre realizado e planejado.

33

Para uma obra foi contratada a entrega de determinada areia, com massa unitária do material seco de 1.400 kg/m³. Pelo ensaio de inchamento da areia verificou-se o inchamento médio de 30%, sob a umidade crítica de 2,5%.

Sabendo-se que são precisos 10 m³ de areia seca para a realização de diversos serviços na obra e admitindo-se que o fornecedor entrega a areia com umidade de 2,5%, o volume de areia úmida a ser entregue deve ser, aproximadamente, de:

- (A) 40.000 dm³;
- (B) 25.000 dm³;
- (C) 13.000 litros;
- (D) 14,00 m³;
- (E) 9,75 m³.

34

Para a execução no canteiro de obras de elementos pré-fabricados de concreto com cura convencional e desforma rápida foi especificado o cimento tipo CP V-ARI. Entretanto, por falta de disponibilidade desse tipo no mercado local, o construtor substituiu-o pelo cimento CP III.

Sabendo-se que o engenheiro fiscal da obra autorizou a substituição, pode-se afirmar que a sua atitude foi:

- (A) correta, pois o Cimento Portland pozolânico (CP III) possui teores similares de fíler calcário;
- (B) correta, pois o Cimento Portland de Alto-Forno (CP III) também apresenta alto calor de hidratação inicial;
- (C) correta, pois o CP III também apresenta baixo teor de escória granulada de alto-forno;
- (D) incorreta, pois o CP III apresenta menor resistência aos agentes externos agressivos;
- (E) incorreta, pois o CP III não apresenta alta resistência à compressão nos primeiros dias.

35

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, de acordo com o disposto na Lei nº 9.985/2000.

Em relação à gestão do SNUC, é correto afirmar que:

- (A) o órgão consultivo e deliberativo é o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), com as atribuições de acompanhar a implementação do SNUC;
- (B) os órgãos centrais são o Instituto Chico Mendes e o Ibama, em caráter supletivo, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação;
- (C) o órgão executor é o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o SNUC;
- (D) não podem integrar o SNUC unidades de conservação estaduais e municipais;
- (E) o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) é o órgão fiscalizador e coordenador do SNUC.

36

A Lei nº 12.334/2010 estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) dano potencial associado à barragem é produto do estudo de inundação que compreende a delimitação geográfica georreferenciada das áreas potencialmente afetadas por eventual vazamento ou ruptura da barragem e seus possíveis cenários associados e que objetiva facilitar a notificação eficiente e a evacuação de áreas afetadas por essa situação;
- (B) categoria de risco é dano que pode ocorrer devido a rompimento, vazamento, infiltração no solo ou mau funcionamento de uma barragem, independentemente da sua probabilidade de ocorrência, a ser graduado de acordo com as perdas de vidas humanas e os impactos sociais, econômicos e ambientais;
- (C) zona de segurança secundária (ZSS) é aquela que não opera como estrutura de contenção de sedimentos ou rejeitos, não possuindo características de barragem, e que se destina a outra finalidade;
- (D) mapa de inundação é a classificação da barragem de acordo com os aspectos que possam influenciar na possibilidade de ocorrência de acidente ou desastre;
- (E) zona de autossalvamento (ZAS) é o trecho do vale a jusante da barragem em que não haja tempo suficiente para intervenção da autoridade competente em situação de emergência, conforme mapa de inundação.

37

A Lei dos Portos (Lei nº 12.815/2013) regula a exploração pela União, direta ou indiretamente, dos portos e instalações portuárias e as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.

Tendo como base os conceitos abordados na referida Lei, é correto afirmar que:

- (A) a área do porto organizado é delimitada por ato das suas respectivas câmaras municipais que compreende as instalações portuárias e a infraestrutura de proteção e de acesso;
- (B) a estação de transbordo de cargas é uma instalação portuária explorada mediante autorização, localizada dentro da área do porto organizado e utilizada exclusivamente para operação de transbordo de mercadorias em embarcações de navegação interior ou cabotagem;
- (C) o arrendamento consiste em uma cessão não onerosa de área e infraestrutura públicas localizadas dentro do porto organizado, para exploração por prazo determinado;
- (D) a instalação portuária de turismo é explorada mediante arrendamento ou autorização e utilizada em embarque, desembarque e trânsito de passageiros, tripulantes e bagagens, e de insumos para o provimento e abastecimento de embarcações de turismo;
- (E) a instalação portuária pública de pequeno porte é explorada mediante autorização, localizada fora do porto organizado e utilizada em movimentação de mercadorias, sendo vedada a movimentação de passageiros.

38

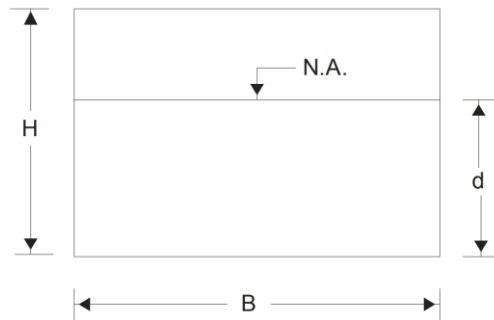
O tratamento do esgoto produzido numa cidade é fundamental para a saúde e qualidade de vida da população, reduzindo de forma significativa as doenças causadas por veiculação hídrica. As estações de tratamento de esgoto (ETE) são as estruturas que atendem essa demanda.

Levando em conta seu funcionamento, é correto afirmar que:

- (A) a passagem pelo desarenador é a última etapa do tratamento do esgoto, na qual ocorre a retenção dos resíduos sólidos indevidamente lançados na rede de esgoto;
- (B) o filtro biológico é constituído de um leito que pode ser de pedras, o efluente é lançado sobre este por meio de braços rotativos e percola através das pedras (ou outro material), formando sobre estas uma película com microrganismos;
- (C) na fase do gradeamento, o efluente passa por tanques fechados na presença de bactérias anaeróbias, para degradação da matéria orgânica;
- (D) na etapa de desinfecção, os resíduos sólidos são decantados, se estabelecendo no fundo do tanque, para posterior retirada por meio de raspagem;
- (E) além da matéria orgânica carbonácea, a fossa séptica remove também nitrogênio e fósforo, porém, a remoção de coliformes é geralmente baixa devido ao pequeno tempo de detenção hidráulica.

39

A figura a seguir representa a seção transversal de um bueiro celular.



Considere:

H = altura da seção do bueiro;

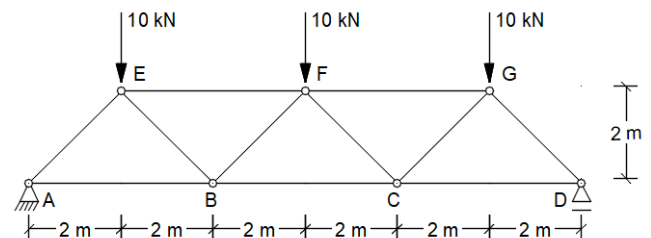
B = base da seção;

d = altura da lâmina d'água.

A expressão que representa o raio hidráulico da referida seção do bueiro é:

- (A) $\frac{B+2d}{Bd}$
- (B) $\frac{B+2d}{d}$
- (C) $\frac{Bd}{B+2d}$
- (D) $\frac{Bd}{B+\sqrt{2}d}$
- (E) $\frac{Bd}{2B+d}$

40



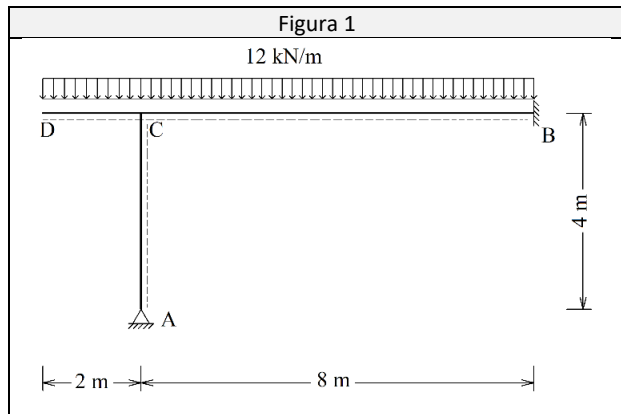
Os esforços normais nas barras BC e EF da treliça representada na figura acima são, respectivamente:

- (A) 20 kN e 25 kN;
- (B) 20 kN e -25 kN;
- (C) -20 kN e 25 kN;
- (D) -25 kN e 20 kN;
- (E) 25 kN e -20 kN.

41

De acordo com a ABNT NBR 6118, a classe do concreto e o cobrimento das lajes, vigas e pilares de estruturas de concreto armado construídas em um ambiente industrial de agressividade forte deverão ser, respectivamente, de pelo menos:

- (A) C20, 20 mm, 25 mm e 25 mm;
- (B) C25, 25 mm, 30 mm e 30 mm;
- (C) C30, 35 mm, 40 mm e 40 mm;
- (D) C35, 40 mm, 45 mm e 45 mm;
- (E) C40, 45 mm, 50 mm e 50 mm.



42

Na figura 1, se todas as barras possuírem as mesmas propriedades, os momentos no ponto C da barra AC, no ponto C da barra CB e no ponto B da estrutura serão, respectivamente:

- (A) $-24,0$ kN.m, $-48,0$ kN.m e $-72,0$ kN.m;
- (B) $-38,4$ kN.m, $38,4$ kN.m e $-76,8$ kN.m;
- (C) $-24,0$ kN.m, $48,0$ kN.m e $-72,0$ kN.m;
- (D) $-38,4$ kN.m, $-38,4$ kN.m e $-76,8$ kN.m;
- (E) $-43,2$ kN.m, $67,2$ kN.m e $-110,4$ kN.m.

43

Na figura 1, se todas as barras possuírem as mesmas propriedades, o valor das reações de apoio horizontal e vertical no ponto A serão, respectivamente:

- (A) 6 kN (\leftarrow) e 51 kN (\uparrow);
- (B) 6 kN (\rightarrow) e 69 kN (\uparrow);
- (C) 6 kN (\rightarrow) e 72 kN (\uparrow);
- (D) 6 kN (\leftarrow) e 48 kN (\uparrow);
- (E) 0 kN e 45 kN (\uparrow).

44

Na sondagem à percussão para simples reconhecimento, o SPT (*standard penetration test*) é um ensaio executado:

- (A) durante a cravação do amostrador bipartido;
- (B) durante o procedimento de lavagem com o trépano;
- (C) na cravação do trado em concha;
- (D) ao longo da perfuração com sonda rotativa;
- (E) após o impenetrável à percussão.

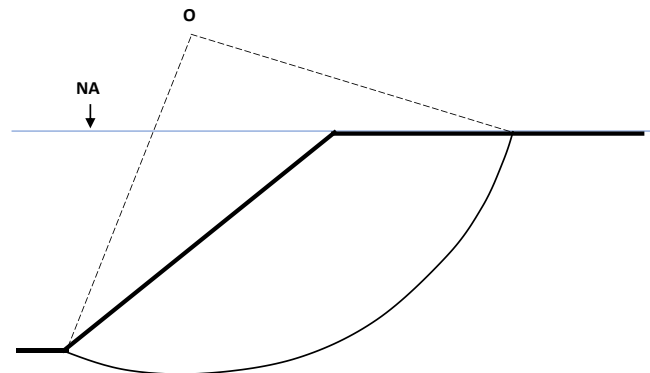
45

O monitoramento do comportamento de uma barragem de terra é realizado com a instalação de instrumentação, a exemplo dos(as):

- (A) inclinômetros, que são utilizados para medir o empuxo ativo;
- (B) placas de recalque, que são utilizadas para medir as deformações verticais específicas do corpo da barragem;
- (C) piezômetros, que são utilizados para medir a poro-pressão;
- (D) extensômetros, que são utilizados para medir as tensões horizontais efetivas no solo;
- (E) células de carga, que são utilizadas para medir as deformações horizontais.

46

Uma superfície de ruptura do tipo circular de um talude submerso é indicada de forma esquemática na figura a seguir.



O fator de segurança calculado:

- (A) não depende da posição do centro do círculo O, para círculos de ruptura passando pelo pé do talude;
- (B) não depende da posição do nível d'água (NA), no caso de rebaixamento do NA;
- (C) aumenta, caso haja o rebaixamento rápido do NA até o pé do talude;
- (D) aumenta com o aumento da inclinação do talude;
- (E) é o de menor valor, no caso de rebaixamento rápido do NA até o pé do talude.

47

A tensão admissível de uma sapata:

- (A) é obtida multiplicando-se sua capacidade de carga média pelo fator de segurança;
- (B) não depende da dimensão da base da sapata, mas depende dos parâmetros do solo de fundação;
- (C) é a máxima tensão aplicada ao terreno que atende às limitações de recalques da estrutura, considerando-se o estado de limite de serviço;
- (D) é o valor médio de sua capacidade de carga, utilizando-se as equações propostas por Terzaghi;
- (E) é a carga aplicada na sapata, dividida por sua área de base.

48

Um serviço de pavimentação consiste em execução de base de BGS (brita graduada simples), imprimação convencional com CM-30 e aplicação de CBUQ (concreto betuminoso usinado a quente) sobre a imprimação.

Tendo conhecimento das características de execução de cada um desses serviços, o único gráfico de Gantt que representa uma execução possível no mesmo trecho é:

(A)

Tarefas	Semanas		
	1	2	3
Base de BGS	■		
Imprimação		■	
Aplicação de CBUQ			■

(B)

Tarefas	Semanas		
	1	2	3
Base de BGS	■		
Imprimação		■	
Aplicação de CBUQ			■

(C)

Tarefas	Semanas		
	1	2	3
Base de BGS	■		
Imprimação		■	
Aplicação de CBUQ			■

(D)

Tarefas	Semanas		
	1	2	3
Base de BGS		■	
Imprimação	■		
Aplicação de CBUQ			■

(E)

Tarefas	Semanas		
	1	2	3
Base de BGS	■		
Imprimação		■	
Aplicação de CBUQ			■

49

Quatro empresas participam de uma concorrência para reparos superficiais e profundos em uma rodovia, que tem como preço referencial da Administração R\$ 1.000.000,00.

Suas propostas são apresentadas como consta a seguir.

A	Palmas Construtora LTDA.	R\$ 900.000,00
B	Bom Preço Reparos em Asfalto ME	R\$ 870.000,00
C	Construtora Araguaína LTDA.	R\$ 850.000,00
D	Controle Total Rodovias LTDA.	R\$ 1.100.000,00

Considerando que todas as empresas foram aprovadas na fase de habilitação, quanto aos fatos ocorridos no certame, é correto afirmar que:

- (A) a empresa vencedora do certame é a CONSTRUTORA ARAGUAÍNA LTDA., pois apresentou o menor preço entre as quatro licitantes, não havendo empresas de pequeno porte ou microempresas no certame;
- (B) a empresa CONTROLE TOTAL RODOVIAS LTDA. foi desclassificada, pois apresentou preços acima da referência do orçamento da Administração;
- (C) as empresas BOM PREÇO REPAROS EM ASFALTO ME e CONSTRUTORA ARAGUAÍNA LTDA. foram consideradas empatadas; após nova apresentação da proposta da primeira empresa, ela se sagrou vencedora do certame;
- (D) as empresas BOM PREÇO REPAROS EM ASFALTO ME e CONSTRUTORA ARAGUAÍNA LTDA. não foram consideradas empatadas; a segunda empresa se sagrou vencedora, pois a diferença entre as propostas estava acima de 5%;
- (E) a empresa PALMAS CONSTRUTORA LTDA. teve sua proposta considerada inexequível pela Administração, pois seus valores eram 10% menor que o preço referencial da Administração.

50

Em uma obra de terraplenagem, dentre os custos definidos a seguir, pode ser considerado um custo indireto, de acordo com a versão mais atual do SICRO:

- (A) compra de óleo diesel para caminhões e equipamentos de terraplenagem;
- (B) pagamento de mão de obra para operação dos equipamentos;
- (C) construção do escritório de controle local do canteiro;
- (D) despesas de transporte de equipamentos do escritório central para o canteiro;
- (E) despesas referentes a financiamento de aquisição de equipamentos para obra.

51

De acordo com o volume 1 do SICRO, o valor de referência para a administração central de uma obra de construção de 10 km de uma rodovia federal é:

- (A) 5,0%;
- (B) 6,0%;
- (C) 7,0%;
- (D) 8,0%;
- (E) 9,0%.

52

Considere as seguintes áreas de corte e aterro calculadas para um projeto de terraplenagem executado conforme o Manual de Implantação Básica de Rodovia (Publicação IPR – 742 / DNIT):

ESTACA	ÁREAS (m ²)	
	CORTE	ATERRO
100	0	5
101	1	2
102	5	4

Se o fator de empolamento é igual a 1,5 e o volume acumulado na estaca 100 é igual a 1000 m³, é possível afirmar que, no diagrama de massas, o volume acumulado na estaca 102 é de:

- (A) 805 m³;
- (B) 875 m³;
- (C) 895 m³;
- (D) 925 m³;
- (E) 1105 m³.

53

Pretende-se dimensionar um pavimento de acordo com a Publicação 667 do DNIT (Método de Projeto de Pavimentos Flexíveis). Para tal, foi encontrado um número $N = 7E6$. O revestimento será composto por concreto asfáltico de 7,5 cm de espessura e coeficiente estrutural igual a 2. O material granular de base apresenta um índice de suporte Califórnia (ISC) igual a 82%. Já os ISC dos materiais granulares de sub-base e de subleito são iguais a, respectivamente, 30% e 8%. Sabe-se que as espessuras totais necessárias de pavimento para a proteção de materiais de ISC = 20% e de ISC = 8% são, respectivamente, iguais a 28 cm e 48 cm.

Se os coeficientes estruturais da base e da sub-base forem iguais à unidade, pode-se afirmar que o dimensionamento da espessura mínima de sub-base resultará no valor de:

- (A) 0 cm;
- (B) 5,5 cm;
- (C) 18 cm;
- (D) 20 cm;
- (E) 25,5 cm.

54

A Resolução ANP nº 32/2010 fixa as especificações dos cimentos asfálticos de petróleo modificados por polímeros elastoméricos comercializados, pelos diversos agentes econômicos, em todo o território nacional.

De acordo com essa norma, esse tipo de ligante asfáltico é classificado conforme o resultado encontrado em ensaios de laboratório para a determinação do(a):

- (A) penetração;
- (B) viscosidade Brookfield;
- (C) viscosidade Saybolt-Furoil;
- (D) ponto de amolecimento e recuperação elástica a 25°C;
- (E) percentagem de penetração original, após efeito do calor e do ar (RTFOT) a 163°C por 85 minutos.

55

Na execução de pavimentos rígidos com equipamento de formatrilha, costuma-se ter como referência a norma DNIT 048/2004 – ES.

Nessa norma, é possível verificar que:

- (A) o requisito mecânico mais relevante para o concreto é a resistência característica à tração na flexão;
- (B) devem ser empregadas, obrigatoriamente, barras de transferência corrugadas, do tipo CA-50;
- (C) no nivelamento das formas, deve-se priorizar a espessura da placa de concreto, pois as tolerâncias para erros de cotas de projeto são adequadas para a compensação dos desníveis da sub-base, na ordem de 5 cm no alinhamento longitudinal;
- (D) pode-se empregar usinas do tipo misturadora ou dosadora, mas deve-se utilizar, obrigatoriamente, caminhões basculantes para o transporte do concreto, visto o abatimento de 70 mm ± 10 mm necessário para a operação;
- (E) é inexecuível o processamento contínuo das operações de acabamento final da superfície do concreto, pois deve-se respeitar as juntas transversais previstas em projeto e interromper a execução em cada uma dessas juntas.

56

A norma DNIT 184/2018 – ME estabelece os procedimentos de ensaio uniaxial de carga repetida para determinação da resistência à deformação permanente em misturas asfálticas. Segundo essa norma, a deformação permanente (ϵ_p) pode ser expressa pelo modelo de Francken, em função do número de ciclos N , sendo A , B , C e D constantes:

$$\epsilon_p = AN^B + C(e^{DN} - 1)$$

Durante um ensaio em um corpo de prova asfáltico, foram encontrados os seguintes valores das constantes do modelo:

- $A = 500$
- $B = 0,5$
- $C = 1000$
- $D = 0,01$

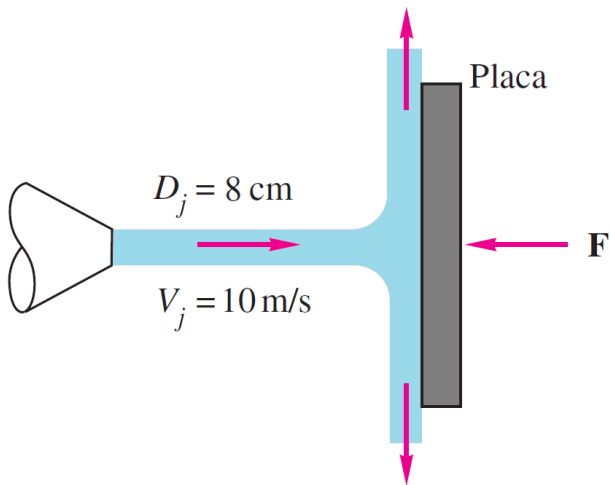
N	$N^{-1,5}$	$e^{0,01 N}$
50	0,0030	1,6
100	0,0010	2,7
150	0,0005	4,5
200	0,0004	7,4
250	0,0003	12,2

Utilizando a tabela auxiliar acima, é possível afirmar que o número de fluxo (*Flow Number*) está compreendido entre os ciclos:

- (A) 0 e 50;
- (B) 50 e 100;
- (C) 100 e 150;
- (D) 150 e 200;
- (E) 200 e 250.

57

Na figura, o jato d'água atinge a placa na direção normal e se divide uniformemente para cima e para baixo paralelamente à placa. A massa específica da água ρ é de 998 kg/m^3 .



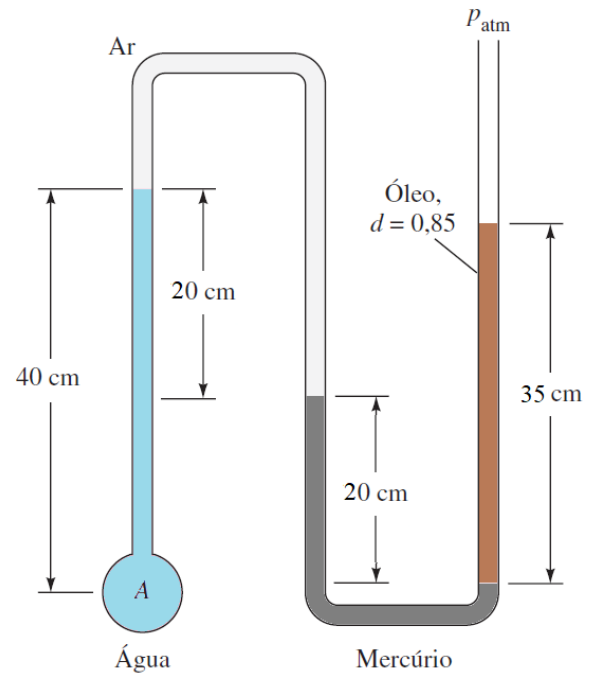
Desprezando a influência da gravidade e os efeitos de atrito, calcule a força F , em newtons, necessária para manter a placa fixa.

Dica: Use a conservação da quantidade de movimento.

- (A) 220,4;
 (B) 305,2;
 (C) 460,8;
 (D) 501,6;
 (E) 631,0.

58

Na figura, o peso específico da água γ é de 9.790 N/m^3 , o peso específico do mercúrio é de 133.100 N/m^3 , o peso específico do ar é de 12 N/m^3 e a densidade do óleo é de $0,85$.

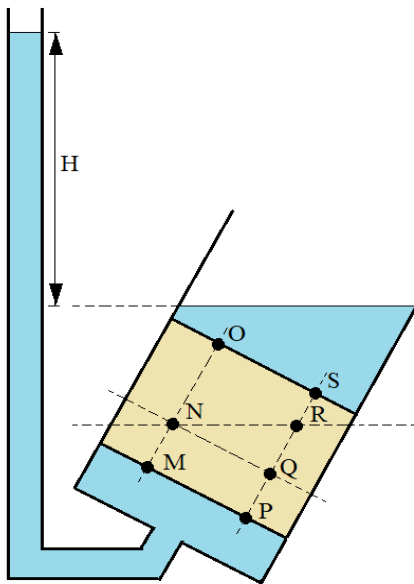


A pressão no ponto A é

- (A) manométrica de $15,6 \text{ kPa}$;
 (B) vacuométrica de $15,6 \text{ kPa}$;
 (C) manométrica de $19,8 \text{ kPa}$;
 (D) vacuométrica de $19,8 \text{ kPa}$;
 (E) manométrica de $22,4 \text{ kPa}$.

59

A figura mostra um permeâmetro de nível constante onde a água percola por um meio permeável.

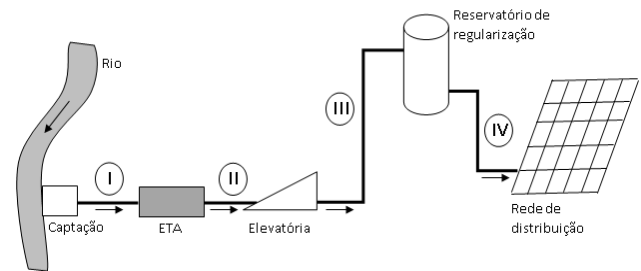


A partir da observação da figura, considerando as cargas total, altimétrica e piezométrica, é correto afirmar que:

- (A) os pontos M e Q apresentam mesma carga total;
- (B) os pontos O e S apresentam mesma carga total;
- (C) os pontos M e P apresentam mesma carga altimétrica;
- (D) o ponto N apresenta uma carga piezométrica maior que a do ponto Q;
- (E) o ponto N apresenta uma carga altimétrica maior que a do ponto R.

60

Um engenheiro foi encarregado de projetar o sistema de abastecimento de água de uma comunidade seguindo o esquema apresentado a seguir.



Nos estudos de concepção ficou definido que o consumo per capita seria de 250 L/(hab.dia); que o coeficiente do dia de maior consumo K1 seria de 1,2; que o coeficiente da hora de maior consumo K2 seria de 1,5 e que o alcance seria o ano de 2035. Observe os dados dos censos da localidade na tabela a seguir.

Ano	População (hab)
2000	38.500
2010	52.400

Após projetar a população pelo método aritmético para o alcance concebido, o engenheiro calculou a vazão de projeto para a adutora do trecho III em:

- (A) 19.609 m³/dia;
- (B) 26.145 m³/dia;
- (C) 34.315 m³/dia;
- (D) 39.218 m³/dia;
- (E) 45.754 m³/dia.

61

O modelo orçamentário de referência para o planejamento das entidades públicas brasileiras é o orçamento-programa. A classificação programática da despesa está alinhada a esse modelo.

Nesse contexto, um instrumento de programação que envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e que contribuem para a manutenção da ação de governo, a exemplo de fiscalização e monitoramento da qualidade de combustíveis automotores, deve ser classificado como:

- (A) aplicação direta;
- (B) atividade;
- (C) projeto;
- (D) operação especial;
- (E) encargo especial.

62

Um estado da federação recebeu recursos decorrentes de emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária Anual da União, por meio de transferência especial. Os recursos foram da ordem de R\$ 800 mil.

Pelas regras constitucionais, para aplicação desses recursos:

- (A) até R\$ 200 mil poderão ser aplicados em despesas com ações e serviços públicos de saúde;
- (B) até R\$ 200 mil poderão ser aplicados na amortização da dívida consolidada do ente;
- (C) o valor deverá ser igualmente dividido entre despesas e ações nas áreas de saúde e de educação;
- (D) o valor total deverá ser aplicado nas áreas de competência constitucional da União;
- (E) pelo menos R\$ 560 mil deverão ser aplicados em despesas de capital.

63

Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, porém nem todas pertencem efetivamente ao ente e são destinadas ao custeio da ação pública.

Esse é o caso de receitas:

- (A) decorrentes de juros de operações de crédito;
- (B) geradas pela alienação de bens do patrimônio público;
- (C) originárias de compensações financeiras;
- (D) que representam apenas entradas compensatórias;
- (E) que resultam da cobrança de dívida ativa.

64

Com o intuito de subsidiar a promoção de uma gestão fiscal responsável, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispôs sobre a definição de metas e restrições para assegurar o cumprimento dessas metas.

A limitação de empenho e movimentação financeira é uma medida que deve ser adotada quando a realização da receita ameaçar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, e pode incidir sobre despesas:

- (A) com juros e encargos da dívida;
- (B) com pagamento de pessoal e encargos sociais;
- (C) de transferências intergovernamentais legalmente previstas;
- (D) discricionárias destinadas a ações e serviços públicos de saúde;
- (E) relativas à inovação custeadas por fundo criado para tal finalidade.

65

Ao final de um determinado período de apuração, um estado da federação apurou uma Receita Corrente Líquida de R\$ 12 bilhões. A partir das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, o percentual de despesa total com pessoal do tribunal de contas do referido ente:

- (A) deve se limitar a 2,5% da RCL;
- (B) está limitado a 2% da RCL;
- (C) corresponde a 0,6% da RCL;
- (D) é apurado de forma consolidada com o Poder Executivo;
- (E) é definido juntamente com o do Poder Legislativo.

66

As normas de auditoria exigem que o trabalho do auditor seja adequadamente planejado.

Um dos objetivos principais do planejamento da auditoria é auxiliar o auditor:

- (A) quanto a forma e conteúdo de sua opinião no relatório de auditoria das demonstrações contábeis;
- (B) a uma efetiva comunicação com os responsáveis pela governança e identificar alguns assuntos específicos a serem comunicados a eles;
- (C) a avaliar o efeito de distorções identificadas durante a auditoria;
- (D) a avaliar o efeito de distorções não corrigidas nas demonstrações contábeis;
- (E) a conhecer a natureza das operações e dos negócios da organização para definir o alcance, a época e a direção da auditoria.

67

A metodologia de avaliação dos controles internos consiste em avaliar os controles internos existentes e quantificá-los em níveis de efetividade. Dessa forma, uma empresa apresentou os seguintes controles internos, avaliados em: 1 (controles não funcionais), 0,5 (controles funcionais medianos) e 0,2 (controles funcionais fortes).

Os auditores, ao solicitarem tais documentos de avaliação, podem concluir que:

- (A) caso existam controles funcionais em uma atividade, a multiplicação do risco residual ao valor do nível dos controles internos resultará em um menor risco inerente;
- (B) independentemente do nível de controles internos, a multiplicação do risco inerente ao valor do nível dos controles internos resultará em um maior risco residual;
- (C) caso existam controles funcionais em uma atividade, a multiplicação do risco inerente ao valor do nível dos controles internos resultará em um menor risco residual;
- (D) independentemente do nível de controles internos, a multiplicação do risco inerente ao valor do nível dos controles internos resultará em um menor risco residual;
- (E) caso existam controles funcionais em uma atividade, a multiplicação da probabilidade e do impacto resultará em um menor risco residual.

68

O objetivo do auditor é definir e executar procedimentos de auditoria que permitam a ele conseguir evidência de auditoria apropriada e suficiente que lhe possibilite obter conclusões razoáveis para fundamentar a sua opinião.

Nesse sentido, a confiabilidade da evidência de auditoria é influenciada pela fonte, por sua natureza e é mais confiável quando obtida:

- (A) de fontes independentes externas à entidade e confirmada em documento eletrônico ou em papel;
- (B) por meio da indagação a respeito da aplicação de controle, em vez da observação da aplicação de controle;
- (C) pela representação formal, pois fornece evidência de auditoria apropriada e suficiente;
- (D) pela cópia de um documento fiscal obtida por intermédio de fontes internas da empresa do que diretamente pelo auditor;
- (E) por meio da indagação a respeito da contagem de estoques, em vez da observação do auditor da contagem do estoque pelo pessoal da entidade.

69

Uma empresa reapresentou valores em decorrência da adoção de novos pronunciamentos contábeis e o auditor emitiu em seu relatório de auditoria as seguintes informações: “Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da empresa XYZ em 31 de dezembro de 20XX, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro. Conforme mencionado na nota explicativa X, em decorrência da adoção dos novos pronunciamentos contábeis, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 20XX e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados”.

Dessa forma, o auditor emitiu uma opinião:

- (A) com ressalva;
- (B) negativa;
- (C) modificada;
- (D) adversa;
- (E) com parágrafo de ênfase.

70

Existem diversos tipos de auditoria, contudo, uma delas possui características próprias que a distingue dos outros tipos.

Dessa forma, a que apresenta uma variedade e complexidade de questões a serem tratadas, possui maior flexibilidade na escolha de temas, objetos de auditoria, métodos de trabalho e forma de comunicar suas conclusões é a auditoria:

- (A) de conformidade;
- (B) financeira;
- (C) contábil;
- (D) operacional;
- (E) ambiental.

DISCURSIVA

1

Foram realizados ensaios de caracterização em dois solos R e S, que apresentaram os seguintes resultados:

Solo	LL (Limite de liquidez)	LP (Limite de plasticidade)	Teor de umidade no estado natural	Resistência a compressão simples no estado natural
R	75	35	40%	150 kPa
S	60	28	36%	100 kPa

Após esses ensaios iniciais, os solos R e S foram amolgados e foi adicionada água de modo que ambos ficassem com um teor de umidade de 50%.

Pede-se:

- a) Determine o índice de consistência dos solos R e S no seu estado natural.
- b) Como são classificados os solos R e S quanto à consistência em seu estado natural?
- c) Determine o índice de consistência dos solos R e S após o amolgamento.
- d) Como são classificados os solos R e S quanto à consistência após o amolgamento?
- e) Como pode ser explicada a variação de consistência no solo S após o amolgamento?

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

2

Um serviço de engenharia com valor total de R\$ 160.000,00 foi projetado para ser executado em quatro meses. O serviço é composto de quatro atividades, seguindo o cronograma físico-financeiro que está apresentado abaixo, onde estão discriminados os percentuais de execução das atividades previstos para cada mês.

		01 Março	02 Abril	03 Maio	04 Junho
Atividade	A	40%	60%		
	B		30%	70%	
	C		40%	40%	20%
	D			50%	50%

Também são de conhecimento do gestor os percentuais em termos financeiros de cada atividade em relação ao total da obra:

Atividade	Percentual em relação ao total da obra
A	25%
B	35%
C	30%
D	10%

Pede-se:

- o custo para realização da Atividade A no mês de abril;
- o desembolso acumulado previsto para o empreendimento ao final do 3º mês (maio) de serviço;
- o custo total da Atividade C ao final do serviço.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 1

1

5

10

15

RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 2

1

5

10

15

Realização

